

## **Imperialismo do Livre Comércio: Elites, Capitalismo Financeiro e Hegemonia Internacional nas Teses Gallagher- Robinson e Cain-Hopkins**

*Roberto Resende Simiqueli<sup>1</sup>*

### **Resumo**

Procuramos detalhar neste trabalho as questões levantadas em dois momentos contemporâneos da reflexão sobre Imperialismo do Livre Comércio – as teses enunciadas por John Gallagher e Ronald Robinson, ao longo da década de 1950, e a formulação da concepção de *Gentlemanly Capitalism*, de Peter Cain e Anthony Hopkins, ao final da década de 1970. Os debates travados em torno dessas obras garantem não somente uma interessante reavaliação do legado das formulações do começo do século XX, mas também do próprio fazer da história, e de suas relações com a política e a economia.

### **Resumen**

Detallamos en este trabajo las cuestiones planteadas en dos momentos de reflexión contemporánea sobre el Imperialismo de Libre Comercio - los argumentos expuestos por John Gallagher y Ronald Robinson, a lo largo de la década de 1950, y la formulación de la concepción del *Gentlemanly Capitalism*, por Peter Cain y Anthony Hopkins, em finales de 1970. Los debates en torno a estas obras no sólo garantiza una reevaluación interesante del legado de las formulaciones de principios del siglo XX, pero también de hacer de la historia y sus relaciones con la política y la economía.

**Palavras-chave:** Imperialismo;  
Comércio; Economia Internacional.

**Palabras clave:** Imperialismo;  
Comercio; Economía Internacional.

### **Introdução**

Em 1953, John Gallagher e Ronald Robinson inauguram um novo capítulo na historiografia crítica sobre o Imperialismo com a publicação de *The Imperialism of Free Trade*. Expressando seu desacordo com as concepções tradicionais, apontariam para uma continuidade fundamental na lógica de atuação do Império Britânico ao longo da Era Vitoriana, composta não somente pelos movimentos oscilantes de expansão/contração do Império Formal constitucional, mas pela presença de um Império Informal (que, muitas vezes, confunde-se com as possessões formais), decorrente da extensão de seus interesses econômicos globais e de sua influência política. Para os autores, a definição de seu objeto de estudo passaria não somente pela revisão da notória “linha vermelha” das possessões coloniais britânicas ao redor do globo, como pela subserviência de regiões além dos territórios formalmente incorporados pela Coroa ao poderio econômico e naval britânico. Desta forma, o próprio conceito de Imperialismo mereceria ser reformulado para incorporar elementos deixados de lado nas análises tradicionais.

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência Política do IFCH da UNICAMP. Contato: roberto\_simiqueli@yahoo.com.br

As proposições dos autores de *The Imperialism of Free Trade* dão margem a longo debate, com posições tanto favoráveis quanto contrárias à tese em sua formulação original. Veiculada na *The Economic History Review*, ao longo das décadas de 1950 e 1960, a chamada Controvérsia Gallagher extrapola seus limites originais e toca pontos como o papel das elites britânicas no processo e sua atuação a favor ou contra a expansão do Império – e sobre o quanto a oposição de alguns grupos (como a *Manchester School*) ao Imperialismo Britânico, em verdade, não endossaria a assertiva original sobre a natureza dual de sua expansão. O grande mérito do debate, meio século após a publicação de seus principais artigos, é a avaliação do papel desempenhado pela periferia na determinação do caráter adotado pelo Imperialismo em sua forma clássica – e da importância de um arcabouço institucional local permeável à influência britânica, assim como de elites dispostas a pactuar com os grupos responsáveis pela orientação do Império.

Os elementos centrais do debate são recuperados três décadas após a publicação de seus primeiros artigos, a partir de um novo viés, detendo-se sobre as determinações dos rumos do Imperialismo Britânico, e da importância das relações entre as diversas elites econômicas presentes no centro do Império na análise de sua trajetória, Peter Cain e Anthony Hopkins dão continuidade à controvérsia em *The Political Economy of British Expansion Overseas, 1750-1914*, ao mesmo tempo, levantam novas questões à concepção de Império adotada por Gallagher e Robinson. Muda-se radicalmente o foco da análise – se em um primeiro momento o essencial da discussão girava em torno do papel da periferia na constituição do caráter do Império, agora revisita-se o papel desempenhado pelos embates travados nos centros decisórios da política imperial em sua determinação. De uma análise do papel dos objetos do *imperium*, retorna-se a seus sujeitos.

Acreditamos que as duas controvérsias apresentam várias contribuições à compreensão não só do processo de inflexão do Império Britânico, a partir de meados do século XIX, como também da natureza da influência exercida pelos ingleses ao redor do globo e do papel das diferentes posições adotadas por suas elites econômicas em momentos distintos. Desta forma, nosso objetivo é delinear os principais elementos trabalhados em dois importantes momentos do debate contemporâneo sobre Império e Imperialismo, abstraindo diretrizes para a análise não só do caso britânico como do papel das relações interelites na opção entre trajetórias distintas de intervenção política-econômica.

Tendo essas questões em mente, dividimos o presente trabalho em três partes. Em um primeiro momento, discutimos as posições defendidas por Gallagher, Robinson e alguns de seus críticos no início dos debates. As considerações levantadas por Peter Cain e Tony Hopkins são trabalhadas na segunda parte do texto, seguidas de uma breve conclusão.

## Imperialismo e Livre Comércio: debates contemporâneos sobre o novo colonialismo

Em *The Imperialism of Free Trade*, Gallagher e Robinson lançaram as bases de uma nova concepção de imperialismo, adotando uma proposta inovadora de revisão das estruturas de dominação estabelecidas pela Grã-Bretanha no cenário internacional ao longo do século XIX. Os autores opõem-se às análises convencionais<sup>2</sup> do Imperialismo – pautadas pela alternância entre períodos imperialistas e anti-imperialistas, ditada pela incorporação ou abandono de possessões coloniais formais –, justamente por perceberem as transformações do imperialismo britânico, ao longo do século XIX, não como um serpentear hesitante entre colonialismo ou anticolonialismo, intervenção ou não-intervenção, mas como uma linha contínua, pautada pela articulação e concomitância de dois elementos tidos como opostos em essência: liberalismo e imperialismo.

Em sua tese, Gallagher e Robinson (1953, p. 5) definem imperialismo como “*uma função política suficiente do processo de integração de novas regiões à economia em expansão*”, sendo seu caráter fruto das variadas relações estabelecidas entre os elementos políticos e econômicos desta mesma expansão em regiões e períodos específicos. Tal concepção já traz uma importante distinção das outras correntes clássicas de compreensão do Império e de seu funcionamento. As diferenças com as interpretações marxistas dominantes são claras desde os primeiros parágrafos do texto: a reafirmação das interações entre economia e política, na definição das diferentes manifestações locais do Império, opõe-se à concepção encampada por Lênin de que o fenômeno seria, em essência, resultante de determinações econômicas estruturais e antecedido por um “liberalismo inocente e estático”<sup>3</sup>. Para Gallagher e Robinson, a *little England* da metade da era vitoriana já conforma as raízes da expansão do fim do século.

A controvérsia é iniciada justamente com a questão da delimitação dos períodos de imperialismo e anti-imperialismo – não uniformes e profundamente inconsistentes, se tomamos o conjunto do Império. Analisando caso a caso as iniciativas tomadas pelos homens de Estado britânicos torna-se virtualmente impossível qualificar este ou aquele gabinete como imperialista, anti-imperialista, liberal ou o que quer que seja – da mesma forma que a “*taxonomia*” das políticas postas em curso perde o sentido. Mesmo nas fases de “anti-imperialismo” despontam casos de intervenção militar e conquista territorial.

Por englobar esferas distintas da realidade material, dinâmicas políticas e econômicas integradas em um todo extenso, plural e conflitante, o trato imperial permitia-se escapar às

<sup>2</sup> Os autores remetem às leituras legalistas inglesas, importante tradição da historiografia conservadora nesse país. Gallagher e Robinson são tributários da tese Hobson-Lênin, ainda que problematizem a questão da periodização adotada nesses trabalhos.

<sup>3</sup> No tocante à periodização, Hobson e Lênin partilham de concepções muito similares às do “formalismo” britânico, enquadrando a emergência do Novo Imperialismo nas últimas décadas do século XIX.

convenções do formalismo histórico inglês – e tal “concessão” só era possível por sua natureza dual, pela concomitância de fenômenos de natureza diversa, pela sobreposição de poder político e econômico. Se nas concepções tradicionalistas inglesas a expansão que caracteriza o imperialismo tem seu eixo motor no formalismo político, e para os marxistas tal influência se estende necessariamente por vias econômicas, Gallagher e Robinson não veem na antinomia entre anexação e contração uma oposição, mas uma concomitância: à contração política poderia sobrepor-se a expansão econômica, por meio do controle restrito a territórios-chave para a manutenção da influência local. Para justificar tal concepção, afirma-se que coexistiriam, sob um denominador comum, um “império formal e um informal”.

Pela lógica do Império Informal, a questão imperial ganha nova roupagem e maior complexidade: a cessão de alguns territórios e aquisição de outros pode ser compreendida como inserida na estratégia de expansão comercial, mantida ao longo da era vitoriana. O caráter de continuidade da empreitada colonial é ressaltado em vários momentos pelos autores, fruto da dicotomia (nem sempre marcada pela oposição) entre formal e informal, dominação territorial e influência econômica –, mudanças no teor da política, mas não em sua orientação. O trânsito entre as duas esferas não seria, nesse caso, mero reflexo dos ganhos de autonomia das populações locais - *“responsible government, far from being a separatist device, was simply a change from direct to indirect methods of maintaining British interests.”* (GALLAGHER e ROBINSON, 1953, p. 4).

A dominação exercida pelos ingleses excedeu facilmente os limites políticos e “legais” do império britânico, se estendendo sobre territórios que nunca estiveram sob controle formal da Coroa. Se tomarmos, por exemplo, os bolsões litorâneos da África, Ásia ou as nações pertencentes à *Commonwealth*, temos a gradual transição entre império formal e informal; no caso dos movimentos de independência latino-americanos, o acompanhamento cuidadoso dos britânicos e a estruturação de um sistema político local conveniente aos seus interesses dispensavam a necessidade de intervenção militar, salvo em demonstrações de autoridade que tinham por objetivo central não a conquista, mas a manutenção da coesão do bloco. O apoio dado a essas revoluções é um dos exemplos mais claros do *modus operandi* do império, pautado pelo estabelecimento de *“free trade and friendship treaties”*. O argumento é singular por levar em consideração as relações de dependência resultantes da promoção do livre comércio enquanto ideal e a cooptação das elites locais. *“Uma vez que suas economias tivessem se tornado suficientemente dependentes do comércio internacional”*, afirmam Gallagher e Robinson, *“as classes cuja prosperidade dependia desse comércio normalmente envolviam-se na política local para garantir as condições políticas locais necessárias à sua manutenção.”* (GALLAGHER e ROBINSON, 1953, p. 10).

No sistema exposto em *The Imperialism of Free Trade*, a renomada “diplomacia de

canhoneira” britânica não seria a regra primeira de atuação, mas uma ferramenta ocasional no reforço do controle informal. “*Somente quando as estruturas políticas locais dessas novas regiões falhavam em garantir condições satisfatórias para sua integração comercial ou estratégica e quando sua fragilidade relativa permitia*”, afirmam, “*o poderio militar é utilizado de maneira tradicionalmente imperialista para promover o ajuste dessas condições*”. (GALLAGHER e ROBINSON, 1953, p. 6). Nisso consiste a principal distinção entre o Império Britânico na Era Vitoriana e os impérios de caráter colonial dos séculos anteriores – enquanto os últimos pautavam-se pela progressiva aquisição territorial e viam nisso um passo indispensável à constituição do poderio dos Estados-Nação modernos em âmbito internacional, a noção aqui trabalhada de Império não depende somente da manutenção de possessões formais, sendo estas apenas uma das ferramentas necessárias ao controle da vastidão de territórios sob a tutela informal dos ingleses. Nessa concepção, a atuação do Império pode ser resumida nos seguintes termos: “*trade with informal control if possible, trade with rule when necessary*” (GALLAGHER e ROBINSON, 1953, p. 13).

As críticas à proposição de J. Gallagher e R. Robinson foram quase imediatas, tomando muitas vezes por base as imprecisões na formulação dos conceitos definidos pelos autores e a dificuldade de sua comprovação empírica. Quando contrapostos aos casos reais de exercício de Imperialismo pela Coroa Britânica, apresentar-se-iam insuficientes na explicação das motivações subjacentes à adoção deste ou daquele curso de ação. Ademais, o artigo de Gallagher-Robinson teria pontos falhos por tangenciar a importância dos debates sobre o destino do Império Britânico travados no Parlamento, sob forte pressão da sociedade civil.

Em 1962, Oliver MacDonagh agruparia sobre o provocativo título de *The Anti-Imperialism of Free Trade* uma série de objeções as asserções de Gallagher e Robinson. Sua hipótese central é de que a expansão do império informal não era um fenômeno desconhecido dos *Free Traders* britânicos, que ainda assim promoviam cerrada oposição a qualquer iniciativa que entendessem como resultado da articulação dos interesses de seus rivais políticos clássicos, os oficiais da marinha, representantes da aristocracia fundiária e *tycoons* das casas comerciais inglesas agrupados sobre o rótulo comum de *Imperialists*. Muitos sucessos para a causa liberal teriam resultado deste embate, conduzindo o Império a um estado de maior abertura comercial e ao gradativo abandono de seus “vícios” coloniais.

Para MacDonagh, não só a existência de uma “esfera de influência informal” como sua qualificação, enquanto elemento constituinte do Império, seriam francamente questionáveis. Dois elementos seriam fundamentais na formulação da crítica a essa concepção:

*The Gallagher-Robinson notion of 'informal empire' presents several conceptual difficulties. First, it is not sufficiently exclusive as a definition. By way of reduction ad absurdum we might remind ourselves that the U.S.A. was the main recipient of British capital and people during these years [n.a.: mid-Victorian era] , and it would surely be extravagant to regard her as portion of the 'informal empire'. Again, although our authors deny that there is any essential difference between the two, the criteria of 'informal empire' are hardly applicable to formal. If they were, we might find ourselves constrained to drain Canada of colour while the Balkans were being painted off-red<sup>4</sup>. And there are cases which seem to defy the categories altogether. (MACDONAGH, 1962, p. 489).*

Na visão de MacDonagh, mais do que aspectos concomitantes da dinâmica de expansão imperial promovida pela Grã-Bretanha, suas facetas formal e informal poderiam, muitas vezes, representar os lados opostos de um conflito entre objetivos e orientações distintas, muitas vezes resultado da ascensão ou decadência de diferentes correntes políticas no Parlamento. Se é possível sumarizar sua crítica à tese de Gallagher-Robinson em poucas palavras, o erro dos autores teria sido o universalismo excessivo de sua teoria, pecando pela desatenção quanto às dinâmicas locais tanto das regiões ocupadas quanto do coração do Império; ainda definem um conceito que, por sua abrangência, acaba por tornar-se inverificável em sua forma perfeita; e, por fim, pela crença na continuidade da expansão do império, revelam-se apáticos às inúmeras vicissitudes políticas enfrentadas por este ao longo do meio século posto em questão.

Para este autor, a condução dos interesses imperiais ingleses não passou despercebida, nem impune aos partidários do livre comércio, enquanto ideal político-econômico. Ainda que houvesse um Império, e que este tivesse se expandido significativamente ao longo da segunda metade do séc. XIX, os formuladores das correntes mais “agressivas” de política externa britânica não navegaram sempre com os ventos a seu favor. A oposição promovida pelos *Free Traders* era constante e contava com uma aceitação pelo público, da qual os relatórios sobre os gastos da Marinha, e as embaraçosas derrotas das forças expedicionárias britânicas para populações locais ao redor do globo não poderiam dispor.

Sua crítica assenta-se, além da imprecisão dos termos escolhidos pelos autores em sua concepção de império, sobre a dinâmica interna do mesmo ao longo do período discutido – e, principalmente, na atuação de um influente grupo de industrialistas de Manchester. Um dos centros da indústria têxtil britânica na primeira metade do séc. XIX, a cidade passava por sérias dificuldades decorrentes da expressiva população de operários e dos elevados custos dos gêneros alimentícios, resultado das tarifas à importação de cereais presentes na Lei do Trigo. Promulgadas e

<sup>4</sup> Tradicionalmente, os mapas políticos listando as possessões do Império Britânico marcam os territórios pertencentes à Coroa pela cor vermelha. Menções aos “*red spots*” ou à “*continuous red line*” denotam, nesse sentido, uma menção sarcástica ao ingênuo formalismo das gerações precedentes de historiadores do Império, presos a um registro fático das anexações efetuadas pelas forças expedicionárias inglesas.

mantidas pela influente aristocracia proprietária de terras (que tinha nestas uma salvaguarda de seu *status* e poder econômico nas Ilhas Britânicas), tais tarifas eram vistas como uma das últimas e mais prejudiciais proteções econômicas adotadas pelo Império, na medida em que o aumento no custo da alimentação dos operários incorria em maiores custos de produção, elevando o preço das mercadorias têxteis britânicas e limitando suas possibilidades de concorrência com a florescente indústria continental.

Marcada pela presença de uma influente elite industrial, Manchester tornou-se o quartel-general da *Anti-Corn Law League* na primeira metade daquele século, servindo de base para uma sistematização dos princípios liberais do direito, da filosofia moral e da economia política em um *rationale* de discurso político, raiz do cânone retórico do liberalismo econômico desde então. Em teoria, a argumentação adotada pelos manchesterianos teria suas raízes nos trabalhos dos grandes economistas políticos clássicos – Smith e Say, principalmente – e de tantos outros pensadores liberais de grande expressão no período<sup>5</sup>. No entanto, a incorporação do pensamento destes autores à oratória de Manchester se dava de forma profundamente seletiva, com a simplificação dos argumentos empregados à constituição de imperativos liberais pragmáticos, muitas vezes distantes do contexto específico da escrita das obras citadas. Ademais, a transição entre o pensamento liberal clássico britânico e sua menção nas altercações entre *Free Traders* e *Imperialists* culminou em uma gradativa subordinação da lógica discursiva, presente nas obras originais ao reducionismo pragmático das demandas de política econômica dos grandes industriais têxteis – o que veio, com o tempo, a tornar-se um dos grandes vícios da argumentação de caráter liberal em termos políticos e econômicos. Vale ressaltar que o antiestatismo manchesteriano era tão arraigado que seus representantes nunca chegaram a se organizar em uma estrutura partidária convencional, preferindo ao invés disso manter-se à parte das disputas pelo Estado e exercer influência sobre correntes diversas do parlamentarismo britânico.

A defesa do liberalismo econômico e político por parcelas significativas de camadas influentes da população inglesa justificariam, para MacDonagh, um rephraseamento do conceito de “liberalismo do livre comércio”, conforme formulado por Gallagher e Robinson. O embate histórico entre *Imperialists* e *Free Traders* tornaria a denominação uma contradição em si mesma, dado o volume absurdo de sentidos implícitos aos dois termos. Ainda assim, concessões são feitas à definição original:

*It was the achievement of Mr Gallagher and Dr Robinson to establish the essentially imperialist character of British policy and public sentiment in the years 1845-60, and to dissipate the contrary myth. But when they step out further and ignore the existence of an implacable opposition to imperialism, and deny variety to British imperial policy in the*

<sup>5</sup> Hume, Bentham e Locke são evocados, em momentos específicos.

*Victorian age, they mislead us dangerously.*<sup>6</sup>

No entanto, a crítica apresentada por MacDonagh também não é livre de inconsistências – o discurso dos *Free Traders* sobre as liberdades comerciais não é uniforme, nem ao longo do período discutido, nem no escopo das diversas possessões do império. R. J. Moore problematiza essas deficiências, que, para este autor, poderiam ser agrupados sob dois determinantes: (1) a concentração dos argumentos desenvolvidos em *The Anti-Imperialism of Free Trade* sobre as posições e pronunciamentos de Cobden, que não são, de modo algum, representativos das opiniões exprimidas pelo conjunto dos manchesterianos; e (2) a complexidade das propostas da *Manchester School* para as colônias – especialmente para a Índia –, que envolviam muito mais do que a defesa categórica das liberdades comerciais. Neste sentido, “o interesse de MacDonagh na convicção de Cobden sobre a futilidade e inutilidade do governo britânico sobre a Índia obscurece a pressão exercida pelo grupo por reformas positivas na condução da empreitada colonial”. (MOORE, 1964, p. 135).

Em *Imperialism and 'Free Trade' Policy in India, 1853-4*, os argumentos dos integrantes da *Manchester School* são analisados em profundidade, garantindo um amplo panorama de seu posicionamento sobre a intervenção inglesa na região. Curiosamente, a posição de John Bright, e de vários de seus correligionários, centrava-se mais na revisão do sistema implementado, e não em seu desmantelamento – uma proposta coerente com o interesse desse grupo em obter matérias primas (algodão, essencialmente) a preços vantajosos. De acordo com Moore, “the Manchester school were associated with the 'exploitation' of India as a source of raw material, and as a field for the guaranteed investment of 'finance capital'.” (MOORE, 1964, p. 135).

Enquanto Cobden poderia muito bem representar o papel do liberal exaltado, fiel defensor das benesses do *laissez faire* e adversário de toda e qualquer proteção econômica, a posição de Bright era significativamente mais complexa. Seus interesses na manutenção dos territórios indianos, enquanto fonte de matérias primas para a indústria de Manchester, são fartamente documentados, e sua crítica constrói-se, essencialmente, em torno da necessidade da constituição de uma infraestrutura que permitisse a continuidade da empreitada comercial-financeira britânica na Índia. Mas tal posicionamento não era esposado somente por Bright, vários dos membros da *Manchester School* mantinham posições muito semelhantes<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 500.

<sup>7</sup> “Bright's colleagues echoed his sentiments. Phillimore described the Company's public works policy as 'disastrous'. Danby Seymour called for such a government as would encourage the investment of English capital in India, in consequence of which 'the aspect of Hindoostan would be changed enormously before ten years had passed'. Digby Seymour, who acknowledged his attachment to the 'Young India' group, revealed that India's consumption of British goods was low compared with South America's, and that whilst England's imports of American cotton had climbed steadily, the quantities drawn from India had remained constant. 'How', he asked, 'was that to be accounted for?’



Nesse sentido, mais do que a proposta de abolição das amarras coloniais, os liberais radicais viam na Índia um problema de má aplicação dos recursos públicos, que deveriam estar envolvidos na consolidação de uma estrutura de fornecimento de algodão para as manufaturas têxteis de Manchester. Mais do que a “oposição sistemática” a toda e qualquer política taxada de imperialista, sumarizada na fórmula “*trade, not rule*” repetida *ad nauseam* por Cobden e seus correligionários, vemos aqui um indício claro da incorporação do capitalismo manchesteriano pela “fórmula original” de atuação do Império, como delineada em *The Imperialism of Free Trade*.

As objeções a MacDonagh partiriam não apenas de autores favoráveis à tese Gallagher-Robinson, mas também de seus críticos – que veriam em *The Anti-Imperialism of Free Trade* pouco mais do que um apanhado de argumentos genéricos, incoerentes, rasos, que não chegariam ao cerne dos problemas teóricos tratados pelos autores do Imperialismo do Livre Comércio. O principal expoente deste grupo é D. C. M. Platt, autor de *The Imperialism of Free Trade – Some Reservations e Further Objections to an 'Imperialism of Free Trade'*.

Para Platt, os problemas conceituais enfrentados pela noção de “imperialismo do livre comércio” não se dariam no plano dos debates entre Imperialistas e Anti-Imperialistas, mas na determinação dos interesses globais do Império, mais próximos da expansão do livre comércio *per se* do que da constituição de zonas formais/informais de influência. A ênfase na consistência lógica do sistema, contraposta ao apego de MacDonagh pelo discurso dos capitalistas manchesterianos, constitui o principal diferencial da crítica construída a partir dessa linha argumentativa – e que a transformaria no ponto de partida de desenvolvimentos posteriores do debate. O ataque se concentra sobre a ideia de “continuidade” presente no artigo original – que, para o autor, revela certa tendência ao comodismo. No dizer de Platt (1973, p. 77), “*any theory which establishes continuity is ipso facto more credible than another which depends on radical change.*”

A revisão pauta-se por alguns determinantes centrais. O primeiro (e principal) envolve o questionamento sobre os interesses envolvidos na manutenção de áreas de influência formais/informais pela Coroa: havia realmente um projeto de intervenção das elites britânicas? Ou o histórico de avanços/retrocessos imperiais é uma sucessão de acasos, acontecimentos, planos sucessivos e desconexos? Nesse sentido, a análise das transformações no teor do debate sobre Império em curso na sociedade civil, e no Parlamento, seria de grande importância. Já o segundo diz respeito aos limites da intervenção britânica em territórios distantes, tanto operacionais quanto

---

*America had 11,000 miles of railway; but in India [...] the expenditure for railways had not been more than sufficient to place 100 miles in course of construction.' He condemned the existing form of government because he believed that it inhibited internal development: 'What were the tests they ought to take in order to try the merits of the system? He would ask whether by the present system peace was encouraged - whether the works of peace, such as canals and roads, the means of transit and internal traffic flourished [...]; instead of peace, the system had been the instigation and the cause of war'.*” (MOORE, 1964, p. 138-139).

aqueles autoimpostos pela proposta geral do Império. Nesse sentido, aponta que:

In Latin America, in the Levant, and in the Far East, British governments took what action they could to open markets and to keep those markets open. But what they were prepared to do fell far short of the energetic promotion and intervention described by Gallagher and Robinson, and it fell short in the following respects: the range of government action on behalf of overseas trade permitted by the laissez-faire tradition of the time was extraordinarily narrow; official demands on behalf of British interests overseas never went beyond equal favour and open competition; non-intervention in the internal affairs of foreign states was one of the most respected principles of British diplomacy; and force, while often called for in the protection of British subjects injured by government action abroad, was rarely and only exceptionally employed for the promotion of British trade and investments. (PLATT, 1968, p. 297).

Apesar da precisão com que formula seus argumentos, Platt comete alguns deslizes ao conceber a expansão comercial britânica fundamentalmente sob a ótica de promoção da livre concorrência. As limitações apontadas para a atuação ultramarina governamental empalidecem frente à pujança da marinha britânica, que certamente dispunha de condições de deslocamento e intervenção militar singular, muito superior às das potências continentais. Da mesma forma, a abertura desta ou daquela localidade ao sistema internacional de livre comércio não beneficiaria a Alemanha recém unificada, a França massacrada pela guerra e pelas revoltas populares<sup>8</sup> e suas manufaturas, mas o *behemoth* industrial inglês, que sozinho dispunha das condições práticas para expandir suas rotas de comércio até os confins do globo. Se há algo que abertura comercial definitivamente não representava, no período discutido, é a possibilidade de *open competition* entre os Impérios rivais.

Platt insiste em sua defesa do livre comércio enquanto ideal presente na expansão industrial/marítima britânica, chegando ao ponto de afirmar que seu poderio econômico só teria sido atingido por meio da iniciativa individual – e que somente pela manutenção desta poderia ser conservado. Mais do que uma opção de política econômica, uma das possibilidades da *realpolitik* liberal vitoriana, *laissez-faire* e livre comércio teriam, no período analisado, o *status* de base ideológica para os *mid-Victorians* – o liberalismo econômico herdado de Smith e Ricardo seria, para Platt, um dos dogmas presentes na formulação da política externa britânica, uma das leis valorativas fundamentais subjacentes à sua atuação efetiva. Que o liberalismo econômico clássico tivesse, há muito tempo, saído do campo da discussão filosófica e científica para se enraizar como uma das grandes matrizes da ideologia dominante na Inglaterra Vitoriana não resta dúvida, mas considerá-la elemento indispensável da formulação de política econômica externa pelo Império

<sup>8</sup> Que, dado o volume das execuções do fim do século XVIII, ainda não dispunha de um quadro de oficiais capazes de reestruturar sua debilitada marinha.

Britânico soa como exagero, ainda mais se analisarmos as consequências últimas das atitudes tomadas – que insistem em negar a crença dos debatedores na gradual liberalização da atuação do Império.

Páginas de *The Imperialism of Free Trade: Some Reservations* são gastas na exemplificação de casos em que a intervenção britânica não representava mais do que a abertura de uma dada nação de estágio de desenvolvimento econômico obviamente inferior aos benefícios do comércio internacional, com pouco ou nenhum sucesso. Platt se envereda pela discussão da política de não-intervenção na América Latina adotada pelos oficiais da marinha e diplomatas ingleses, mas seus argumentos tornam-se insustentáveis, ainda mais se partimos da perspectiva local, visualizando o processo pelos olhos do colonizado, portanto do objeto (e não do sujeito) da política imperial britânica. Ainda que, no plano teórico, o texto apresente coerência e grande medida de coesão, o contraste com as parcerias e acordos comerciais historicamente estabelecidos entre as elites latino-americanas e os financistas, comerciantes e homens de negócios britânicos nos proporciona argumentos, mais do que suficientes, para rejeitar as objeções levantadas pelo autor. Os resultados políticos da influência informal, exercida pela mera presença das manifestações do poderio econômico do Império, são sentidos em escala muito superior à ideia simplista de que a única ferramenta à disposição dos interesses internacionais ingleses seria a tradicional “diplomacia de canhoneira”, implícita nas teses de Platt.

No entanto, se no tocante à atuação inglesa na América Latina a argumentação de Platt já apresenta algumas inconsistências, ao lidar com os embates travados pelo Império na Ásia perde completamente o tom do debate quando o texto descola-se de forma drástica dos acontecimentos. Ao discutir os interesses liberais presentes no enfrentamento com a China, afirma que:

*The violence which accompanied the opening of the Chinese ports to world trade, and the strong position traditionally enjoyed by British trade and finance on the China coast, have tended to distort the final picture both of what actually happened in China in the middle decades of the last century and of the extent to which it affected the imperial government at Peking. Events of importance to Europeans were mere pinpricks on the maritime fringes of a great empire. European trade never made any real impact on the interior of China, and the efforts of mid-Victorian officials were restricted almost exclusively to the regulation of trade at the treaty ports. (PLATT, 1968, p. 302).*

Certamente, qualquer análise, por superficial que seja, das sucessivas intervenções britânicas na região – com seu ápice na Guerra do Ópio – não endossa tal ponto de vista. Não contente, Platt dá continuidade a sua posição central na conclusão do artigo:

*(...) so far as an 'imperialism of free trade' can be said to have existed at all - and Prof. MacDonagh has already warned us how misleading that title can be - it was limited to the*

*opening of world markets on equal terms to international trade: an action which, though it may have ended occasionally in violence, at no stage made any claim to exclusive political influence or control, to new territory, or to preferential treatment. (PLATT, 1968, p. 305).*

Tal linha de argumentação só se sustenta se partirmos dos enunciados levantados pelo próprio autor, que consideravam a rejeição do estabelecimento de monopólios pelos governos vitorianos como uma das objeções centrais à viabilidade da interpretação promovida por Gallagher-Robinson. Em suas palavras, as divergências com a concepção de imperialismo do livre comércio se dariam efetivamente pela gradação:

*Mid-Victorian governments were prepared to promote and protect British trade, but to what extent? Can their action, such as it was, be described as 'imperialism' formal or informal? Was the government ready to seek out "paramountcy" in the interests of British trade, by informal control if possible, formal control if necessary? Or was this 'paramountcy' automatic, created by Britain's industrial and financial lead, through the agency of British traders and investors and without government intervention? (PLATT, 1968, p. 303).*

Como resposta às questões levantadas por *The Imperialism of Free Trade*, Platt retoma a periodização adotada pelos estudiosos clássicos do Imperialismo, afirmando que a retomada da intervenção política aberta como resultado – ou ferramenta – na expansão da zona de influência econômica britânica só toma forma a partir de 1880, invalidando a concepção de um Imperialismo do Livre Comércio posto em curso ao longo da Era Vitoriana como um todo. Ainda que responsável por uma crítica que toca, em alguns de seus argumentos, o cerne das questões levantadas por Gallagher e Robinson, falta a Platt algum tino histórico e uma perspectiva mais ampla, como a que os autores de *The Imperialism of Free Trade* propunham ao revisitar os limites das teses clássicas sobre Imperialismo.

Mais do que parte do programa político deste ou daquele partido ou grupo de influência, o projeto de Império britânico representava a imbricação de interesses econômicos e políticos nem sempre convergentes, nem sempre simpáticos um ao outro – mas que, por vias distintas, conduzem para resultados similares. Seja na anexação militar de parcelas estratégicas da costa da África, do Canal de Suez ou do Afeganistão, seja pela expansão e defesa dos interesses econômicos dos capitalistas liberais de Manchester, a articulação entre poder econômico (impulsionado pela promoção do liberalismo econômico enquanto ideal, e pelo estabelecimento de parcerias comerciais e acordos preferenciais) e político-militar (pela constituição de possessões que garantissem a tutela britânica sobre as grandes extensões mantidas “informalmente” sob seu controle) estava sempre presente, e representava a via adotada ao longo da segunda metade do XIX para a consolidação do primado britânico sobre os oceanos e os mercados internacionais.

Se a primazia econômica britânica garante que, em situações de livre comércio, ela seria a parceira mais desejável para a absoluta maioria das economias sujeitas à sua influência informal, sua vastíssima marinha (mercante e de guerra) possibilitava, por outro lado, o domínio incontestado das rotas de comércio mantidas pelo Império. À luz do desnível de poder observado entre a Grã-Bretanha e suas rivais no continente, a ideia de que a defesa do liberalismo econômico representaria a criação de “termos igualitários” para o estabelecimento de relações econômicas internacionais soa absurda. Que outra nação poderia comercializar com América Latina e Ásia em termos tão favoráveis? Como garantir a segurança das frotas mercantes continentais em oceanos efetivamente controlados pelas naus britânicas? Se havia a diretriz de não-intervenção, era por uma razão simples: esta não era necessária. A primazia econômica e naval britânica garantia ao Império condições ótimas de exercício de influência política, sem os custos envolvidos na condução da empreitada militar.

### ***Gentlemanly Capitalism: Cain, Hopkins e as disputas presentes na determinação dos rumos do Império***

Passados trinta anos do início da Controvérsia Gallagher, Peter Cain e Anthony Hopkins retomam seus pontos principais em *The Political Economy of British Expansion Overseas, 1750-1914*, colocando novas questões à concepção de Império detalhada em *The Imperialism of Free Trade*. Ainda que de acordo com a proposição fundamental – a dualidade do Império Britânico, compreendido como uma articulação complexa de domínios formais e zonas de influência informal – Cain e Hopkins discordam da formulação original quanto às razões subjacentes à opção entre expansão formal e informal. Para os autores, as relações estabelecidas entre as elites inglesas desempenhariam papel fundamental nos rumos tomados pelo Império. Sua trajetória poderia ser compreendida em duas etapas distintas: “*Britain's expansion overseas, it is suggested, can be related to policies and types of enterprise which reflect first the prolonged economic and political importance of agriculture and then the slow, uncertain, and incomplete transition to industry.*” (CAIN e HOPKINS, 1980, p. 465).

Nessa perspectiva, as relações entre a tradicional aristocracia fundiária inglesa, os emergentes financistas da *City* londrina e os industriais dos centros dinâmicos do capitalismo original teriam papel preponderante na determinação do caráter do Império. No dizer dos autores, o movimento inicial poderia ser compreendido como a materialização dos interesses agrários e de sua lógica de incorporação territorial enquanto forma de acumulação de riquezas:

*The paramount concern of the landed interest was to maintain self-sufficiency in essential*

*foods. This aim was a prerequisite of public welfare and civil order, and was encouraged by numerous measures protecting domestic producers against foreign competition. [...] A policy which combined domestic protection with export promotion reflected the economic realities of the age. But it posed a problem: the European states which were England's most important trading partners sought, for similar reasons, to pursue similar policies. (CAIN e HOPKINS, 1980, p. 467).*

Da mesma forma, a inflexão assumida pela política externa britânica poderia ser compreendida pela crescente articulação entre capital financeiro e os capitães da indústria inglesa nas primeiras décadas do século XIX. Para Cain e Hopkins (1980, p. 472):

*(...) the cotton industry held out the prospect of new wealth, but it also posed new questions for Britain's international economic strategy. The industry required cheap and abundant supplies of raw cotton; for the first time in British history the staple export depended on external sources for an essential input.*

A vinculação ao debate em torno das posições defendidas por Gallagher e Robinson é evidenciada em vários momentos, sendo encaminhada a partir de uma das objeções centrais levantadas por Platt: a desconsideração, por parte dos autores de *The Imperialism of Free Trade*, do papel das elites inglesas na determinação dos rumos tomados pelo Império. Com isso, Cain e Hopkins acreditam trazer à tona dois pontos deixados de lado em momentos anteriores do debate – as *causas* por trás da expansão do Império, e uma análise detalhada de sua *periodização*. Ainda que de acordo, em termos gerais, quanto ao segundo elemento, as determinações causais do Imperialismo do fim de século são um ponto central das tensões entre a tese do Capitalismo Fidalgo e os argumentos que a precedem, ao longo da controvérsia. Expressando sua divergência com a concepção adotada nos artigos fundadores do debate, os autores enunciam a proposta de sua leitura peculiar do Imperialismo do Livre Comércio:

*What mattered was whether, and to what degree, a foreign country became an 'organic portion' of Britain's international economic system, and how far its political and indeed cultural independence were compromised by this relationship. [...] Our aim in this article is to show that the impulses making for imperialism, within the formal empire or outside it, and whether successful or not, cannot be grasped without first comprehending the interaction between economic development and political authority in the metropole. (CAIN e HOPKINS, 1986, p. 502).*

Se em Gallagher e Robinson podemos ler a construção de uma proposta teórica alternativa para a leitura do Imperialismo a partir da oposição ao tradicionalismo que permeava as antiquadas teses da ortodoxia inglesa, em Cain e Hopkins temos a vinculação teórica explícita às proposições de J. A. Hobson<sup>9</sup> e Thorstein Veblen, autores críticos das sociedades burguesas modernas, mas ainda

<sup>9</sup> Parte expressiva da produção de Cain remete às teses de Hobson sobre o Imperialismo moderno e o papel do parasitário financismo inglês na determinação de seus rumos. Em conversas travadas com o autor, em setembro de

apegados a propostas liberais/reformistas de transformação social<sup>10</sup>. Ambos leriam, no comportamento das elites financeiras do fim do século, uma perversão do sistema, ora ridicularizando-o (como na análise quase etnológica de Veblen), ora encarando-o como inerentemente vil, parasitário (na leitura de Hobson dos “parasitas financeiros” do Império)<sup>11</sup>.

Para os autores de *Gentlemanly Capitalism and British Expansion Overseas*, as origens do Império poderiam ser traçadas, no entanto, para além das grandes empresas financeiras do fim de século – residindo nos interesses da aristocracia fundiária inglesa, convertida, ao longo dos séculos XVII e XVIII, em *rentier capitalism*. Detentores das formas tradicionais de riqueza e do prestígio associado a seus títulos, esses indivíduos concentrariam meios de condução da vida política do Império que não estariam à disposição de grupos rivais. Como afirmam Cain e Hopkins (1986, p. 504), “*the peculiar character of the modern British aristocracy was initially shaped by merging its pre-capitalist heritage with incomes derived from commercial agriculture*”.

O “Capitalismo Fidalgo” delineado pelos autores articula-se, portanto, a partir da fusão entre o novo (o dinamismo urbano, a monetarização do campo, o cosmopolitismo das aristocracias ilustradas) e o arcaico (títulos e privilégios tradicionais, acesso a canais privilegiados de representação política) na sociedade inglesa em fins do século XVII. O modo de vida exteriorizado por esse grupo torna-se, de certa forma, a ambição de outras elites capitalistas (como os mercadores e profissionais liberais urbanos), mantendo-se, ainda assim, como importante barreira social entre os capitães do comércio e da nascente indústria e um capitalismo “aristocrático”, pautado por uma concepção de liberdade alheia às tribulações da produção e do comércio. Não basta riqueza para pertencer à fidalguia capitalista – é necessária uma forma específica de riqueza, fruto de rendas, terras ou capitais acumulados. Para estes homens, o capitão de indústria dos séculos posteriores seria pouco mais do que um operário, não dispondo do tempo ou da educação necessários à condição de *gentleman*.

Tal concepção remete à distinção proposta por Weber entre *propertied* e *entrepreneurial wealth*, e essa leitura é evidenciada pelos autores, em momentos específicos do texto. Como afirmam Cain e Hopkins (1986, p. 506), “*capitalists could remain (or become) gentlemen if they*

---

2009, transparecia a todo momento o grande apego à figura de Hobson enquanto livre pensador, intelectual radical, independente e de um gênio vivaz (contraposto muitas vezes a uma imagem profundamente enviesada de Lênin que o tinha estritamente enquanto homem da práxis, pouco afeito ao elevado grau de abstração presente em Hilferding, por exemplo). Para uma apresentação objetiva das teses defendidas pelo historiador inglês sobre esse autor, Ver Cain, 1978 e 1981, assim como Clarke, 1981 para uma crítica a essa leitura específica de Hobson.

<sup>10</sup> Radicalmente distantes, portanto, das leituras marxistas.

<sup>11</sup> Infelizmente, uma análise aprofundada das teses desses autores não caberia nas premissas deste trabalho. Como referência, os textos de Eckstein (1991), Wood (1983), Etherington (1982) e Fieldhouse (1961) são de grande valia para uma leitura cuidadosa das controversas posições de J. A. Hobson. Onde um dos autores aqui trabalhados apresenta parte de suas posições quanto ao pensador inglês, é interessante não apenas pelo rigor analítico mas também por revelar a herança hobsoniana em Cain.

*derived incomes from agricultural or urban property or if they were rentiers drawing on other types of investment, whether public or private.*” A forma de ascensão dos banqueiros ingleses à condição de *gentlemen*, assim como o distanciamento entre o centro financeiro da City e os periféricos polos industriais, nos dão importantes subsídios para a compreensão da conjugação dos interesses financeiros e aristocráticos no primeiro momento da trajetória analisada pelos autores. Entre os primeiros grandes financistas britânicos, as relações particulares e profissionais são baseadas em laços de “honra”, confiança, mutualidade e, fundamentalmente, prestígio – o universo financeiro inglês é relativamente limitado, e cada agente envolvido em suas transações conta com informações confiáveis sobre a origem de seus parceiros/rivais.

Adicionalmente, dada a natureza de sua ocupação, capitalistas do setor financeiro dispunham de maior liberdade, prestígio e possibilidade de participação política do que industriais. O desnível entre esses dois grupos torna-se ainda maior com o advento da revolução industrial, na segunda metade do século XVII – se antes as manufaturas rurais eram um negócio eminentemente mercantil, tocado com a benção da aristocracia fundiária, mas sem seu envolvimento direto, com a emergência de centros têxteis como Sheffield, Manchester e Liverpool, o contraste entre a riqueza advinda da terra e os lucros da produção industrial urbana torna-se ainda mais evidente. Se os industrialistas configuram-se ao longo do século XIX como as “tropas de choque do capitalismo”, o fazem em resposta (e subordinados, em certa medida) ao oficialato financista e aristocrático.

Cain e Hopkins veem na distinção entre capitães de indústria e capitalistas bem-nascidos uma forma de garantir a manutenção de certo prestígio dos grupos tradicionais, resposta a uma maior “democratização” da riqueza e do acesso ao aparato estatal:

*In a society which was only slowly becoming democratic even in the early twentieth century, and where power was concentrated in the hands of wealthy élites, manufacturers neither owned enough 'top wealth' nor made it in a sufficiently acceptable way to be able to impose their will on the political system. In the nineteenth century the industrial bourgeoisie in Britain was forced to come to terms with gentlemanly capitalism: it modified rather than superseded it, and in turn felt the weight of its compelling influence. (CAIN e HOPKINS, 1986, p. 510).*

As diferenças quanto à periodização - essencialmente pontuais quando comparadas ao abismo que separa os dois momentos do debate no tocante à causalidade – são, em última instância, um desdobramento das posições defendidas pelos autores quanto à dinâmica interelites e sua influência nos rumos tomados pelo Império. Aqui temos duas fases claramente definidas, demarcadas como diferentes etapas do desenvolvimento do *gentlemanty capitalism*: o período de 1688 a 1850, em que predominam os interesses dos *rentiers*, do capitalismo fundiário; e a etapa posterior, compreendida de 1850 a 1945, com a primazia dos magnatas financeiros da City londrina.



Se o primeiro momento dessa trajetória deve sua unidade à preponderância dos interesses de uma aristocracia ilustrada, comercialmente progressista, cujo poder e influência derivam da terra, os grandes desenvolvimentos econômicos desse período (as Leis de Navegação, que asseguram às companhias comerciais inglesas e à Marinha de Guerra uma vitória significativa sobre suas rivais holandesas, e a criação do Banco da Inglaterra) garantem a lenta emergência dos financistas como grandes jogadores da política interna britânica. Ainda que, em um primeiro momento, este grupo representasse a única possibilidade de contestação das elites tradicionais, a relação entre os dois grupos se dá com muita cordialidade, e uma lenta aproximação é construída ao longo das primeiras décadas do século XVIII.

Os contatos e recursos da aristocracia fundiária encontram no conhecimento dos habitués da *City* a lógica de operação das inovações financeiras, e o parceiro ideal para a realização de seus interesses econômicos e políticos. A transformação dos banqueiros ingleses em cavalheiros se dá como desdobramento natural desse processo:

*(...) by the end of the century City financiers and their associates, the merchant princes of London, had founded dynasties, acquired country estates, and been giving titles. A close and enduring alliance had already been formed between land and finance long before the industrial revolution made its mark on the economy. (CAIN e HOPKINS, 1986, p. 513).*

A junção do poder aristocrático rural com o controle sobre as finanças imprime uma nova lógica ao Império, conservando a dinâmica quase feudal de conquista territorial, mas com uma orientação distinta à máquina estatal, que passa a ser financiada pelos novos aliados da aristocracia. Gradualmente, imprime-se a consciência de que a defesa do Império depende não apenas do poderio militar e naval inglês, mas também do ritmo de desenvolvimento econômico da metrópole imperial e de suas possessões, que já vinha se estabelecendo há algum tempo.

Com as concessões feitas às elites econômicas urbanas, o industrialismo lentamente conquista lugar dentro dos rumos do Império, ainda que de forma marginal. Sua inserção se dá apenas a partir de uma necessidade objetiva dos grupos hegemônicos – as vantagens estratégicas-militares proporcionadas por uma aliança com setores industriais específicos. Disso resulta uma aceitação discriminatória dos industrialistas na fidalguia capitalista britânica, com a incorporação seletiva de seus filhos mais prodigiosos à “elite das elites”. Em outras palavras, mesmo com a crescente importância da indústria para a economia inglesa, quem dita os rumos políticos (e ideológicos) do Império é, ainda, a aristocracia fundiária conjugada aos financistas londrinos.

A releitura dos rumos tomados pelo Império garante um novo significado ao avanço dos radicais na metade do século XIX. Cain e Hopkins dedicam especial atenção à questão da ascensão

do liberalismo enquanto programa político e econômico oficial do Império, compreendendo-o não como uma vitória dos industriais de Manchester, mas uma hábil manobra política do setor financeiro:

*Although free trade eventually undermined the authority of the particular form of gentlemanly capitalism which had arisen from the settlement of 1688, it ought not to be seen as a victory for the representatives of the industrial revolution in the sense that, henceforth, they were to be the dominant force, ideologically and politically, in the making of economic policy. Free trade was as much a triumph for City interests as it was for the major export industries. (CAIN e HOPKINS, 1986, p. 518).*

Da mesma forma, a adesão às vias formais/informais de expansão do Império se justifica não pelos constrangimentos impostos pela periferia, mas pela mudança no arranjo de poder entre as elites e a progressiva “exportação” do ideário liberal, legado pela Revolução Gloriosa e pelos avanços dos financistas e industriais. Com a adesão de elites locais ao arrazoado propagandeado pelo capitalismo fidalgo, torna-se cada vez mais difícil sustentar uma trajetória de política imperial pautada pela incorporação territorial e subjugação das populações locais, reduzindo-se a participação (e os ganhos) do campo no Império como um todo. Nesse sentido, “*a expansão do Império “informal” após 1815 pode ser mais bem compreendida não como uma alternativa ao antigo sistema colonial mas como um complemento, reflexo do caráter cada vez mais cosmopolita do comércio e finança britânicos.*” (CAIN e HOPKINS, 1986, p. 522).

O ataque derradeiro dos autores às críticas à tese Gallagher-Robinson se dá pela compreensão do papel desempenhado pelas liberdades políticas, cuja conquista é, costumeiramente, atribuída aos radicais ingleses e aos grupos liberais exaltados nas possessões coloniais:

*The granting of political liberty to white colonies after the 1840 should not be seen either as a direct consequence of the decline of landed power or as an inevitable result of the demise of the old colonial system. It was the growth of parliamentary government in Britain after 1832, and the increasing recognition that the colonies could function as economic satellites without direct control, which led to political autonomy.[...] The economic and political evolution of the colonies thus reflected the changing structure of Britain, as the gentlemanly élite sought to adjust to changes forced upon it by the erosion of its eighteenth-century foundations. (CAIN e HOPKINS, 1986, p. 524-525).*

Incorpora-se, assim, a “inflexão liberal” da metade do século XIX aos termos gerais da lógica de atuação do Capitalismo Fidalgo, sendo esta compreendida não como uma ruptura drástica da longa trajetória de expansão do Império (como gostariam de crer Hobson, Lênin e MacDonagh), mas um momento de um longo ciclo de expansão, eclipsado apenas pela emergência dos Impérios rivais e de uma nova potência hegemônica.

## Conclusões

Em dois momentos distintos, a longa controvérsia sobre o Imperialismo do Livre Comércio nos leva a refletir não somente sobre a questão pontual de quais teriam sido as determinações originais do Imperialismo Britânico, que imprime sobre nosso mundo muito do que ele hoje é em termos políticos, econômicos e culturais. Além da leitura objetiva da atuação das elites inglesas, ou das formas tomadas pela expansão colonial, trata-se de um apanhado de posições aprofundadas, cuidadosas, sobre as promíscuas relações entre poder e riqueza, entre economia e política.

No primeiro momento do debate, temos em Gallagher e Robinson a constatação de um viés político claro no liberalismo da metade do século XIX, que faz dele um programa ideológico muito distinto do cosmopolitismo pacifista kantiano. Lê-se, nas entrelinhas, que o projeto liberal não é somente uma necessidade moral, resultado do direito dos homens à liberdade – afirma-se como uma proposta estratégica com vantagens diretas para a potência hegemônica no teatro da grande política internacional, que lhe garante a consolidação de uma situação de primazia política e econômica e a construção de um legado de dominação que perdura ainda hoje.

Peter Cain e Tony Hopkins complementam a posição original ao retomar as posições de Hobson sobre os *puppeteering financiers*: explicita-se a forma com que determinadas elites econômicas têm em suas mãos o rumo de estruturas políticas que se estendem por dimensões antes incalculáveis e inimagináveis, e muito distantes do horizonte das populações sujeitas a essa dominação. Revela-se, de certa forma, como o grande jogo da política imperial reflete os interesses materiais de grupos econômicos em conflito, suas alianças temporárias e as soluções de compromissos locais necessárias à manutenção da hegemonia financeira em um Império onde o Sol não se põe.

No entanto, se há algo em que ambas as teses deixam a desejar é a pouca clareza das relações estabelecidas entre esta reflexão peculiar e as teses marxistas sobre Imperialismo. Afeitos a Hobson, Veblen e outros pensadores de extração liberal, os historiadores ingleses deixam de lado as concepções da outra margem do debate, negligenciando a unidade entre poder e riqueza presente, por si só, na categoria capital. Se pretendermos tirar lições do Imperialismo do fim do século XIX para compreender a hegemonia contemporânea do capital financeiro – que, como a *Pax Britannica*, não conhece fronteiras – devemos retomar essas categorias e não apenas sua importância histórica, mas suas contribuições fundamentais à reflexão sobre a política e a economia, e os vícios implícitos no, supostamente, neutro discurso liberal.

## Referências

CAIN, P. J. J.A. Hobson, Cobdenism, and the Radical Theory of Economic Imperialism, 1898-1914. *The Economic History Review, New Series*, v.31, n.4, pp 565-584, nov. 1978.

\_\_\_\_\_. Hobson's Developing Theory of Imperialism. *The Economic History Review, New Series*, v.34, n.2, pp. 313-316, mai. 1981.

CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. The Political Economy of British Expansion Overseas, 1750-1914. *The Economic History Review, New Series*, v.33, n.4, pp. 463-490, nov. 1980.

\_\_\_\_\_. Gentlemanly Capitalism and British Expansion Overseas I: The Old Colonial System, 1688-1850. *The Economic History Review, New Series*, v.39, n.4, pp. 501-525, nov. 1986.

\_\_\_\_\_. Gentlemanly Capitalism and British Expansion Overseas II: New Imperialism, 1850-1945. *The Economic History Review, New Series*, v.40, n.1, pp. 1-26, fev. 1987.

CLARKE, P. F. Hobson, Free Trade, and Imperialism. *The Economic History Review, New Series*, v.34, n.2, pp. 308-312, mai. 1981.

ECKSTEIN, A. M. Is there a 'Hobson-Lenin Thesis' on Late Nineteenth-Century Colonial Expansion? *The Economic History Review, New Series*, v.44, n.2, pp.297-318, mai. 1991.

ETHERINGTON, N. Reconsidering Theories of Imperialism. *History and Theory*, v.21, n.1, pp.1-36, fev. 1982.

FIELDHOUSE, D. K. 'Imperialism': An Historiographical Revision. *The Economic History Review, New Series*, v.14, n.2, pp.187-209, 1961.

GALLAGHER, J.; ROBINSON, R. The Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review, New Series*, v.6, n.1, pp. 1-15, 1953.

GRAMPP, W. D. Britain and Free Trade: In Whose Interest? *Public Choice*, v.55, n.3, pp. 245-256, 1987.

HOBSON, J. A. *Imperialism: a Study*. 1902. Disponível em <http://www.econlib.org/library/YPDBooks/Hobson/hbsnImp.html>

LÊNIN, VI. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1991. 127p.

MACDONAGH, O. The Anti-Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review, New Series*, v.14, n.3, pp. 489-501, 1962.

MOORE, R. J. Imperialism and 'Free Trade' Policy in India, 1853-4. *The Economic History Review, New Series*, v.17, n.1, pp. 135-145, 1964.

PLATT, D. C. M. The Imperialism of Free Trade: Some Reservations. *The Economic History Review, New Series*, v.21, n.2, pp. 296-306, ago. 1968.

SCHONHARDT-BAILEY, C. Ideology, Party and Interests in the British Parliament of 1841-47. *British Journal of Political Science*, v.33, n.4, pp.581-605, out. 2003.

SEMMEEL, B. *The rise of free trade imperialism: classical political economy, the empire of free trade and imperialism 1750-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. 250p.

SILVA, L. O. *O Imperialismo na época da globalização* in GALVÃO, A. (org.) *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003. 374p.

WOOD, J. C. J. A. Hobson and British Imperialism. *American Journal of Economics and Sociology*, v.42, n.4, pp.483-500, out. 1983.